

Os pés descalços. Um relato sobre a experiência *Psicanálise na Rua*

Bare feet. An account of the experience *Psicanálise na Rua*

Tainá Pinto

Universidade de Brasília (Brasil)

Resumo: Esse texto busca tentar contar uma história. A autora propõe realizar um relato de sua experiência de escuta na rua. Experiência que tem vivido com alguns outros no projeto *Psicanálise na Rua*, mas relatada a partir de sua perspectiva própria e singular em articulação com o conto de Clarice Lispector, “Os obedientes”, e o texto de Freud, “Psicologia das Massas”. Esse projeto é a iniciativa de um grupo de analistas (ou não-analistas?) de Brasília que têm se perguntado sobre como é possível levar a psicanálise para a rua.

Palavras-chave: desamparo, desobediência, obediência, rua, violência.

Abstract: This text tries to try to tell a story. The author proposes to make an account of her experience of listening on the street. Experience that she has lived with some others in the project *Psicanálise na Rua*, though reported from her own perspective in articulation with Clarice Lispector's tale, "Os Obedientes", and Freud's "Group Psychology and the analysis of the Ego". This project is the initiative of a group of psychoanalysts (or non-analysts?) of Brasília who are wondering how it is possible to take psychoanalysis to the street.

Key-words: helplessness, disobedience, obedience, street, violence.

Para que o mendigo na porta do cinema não fosse uma pessoa abstrata e perpétua, ele teria que começar de muito longe, e do primeiro começo (...) “Para que quero tanto?”, insinuou-lhe então o hábito que terminaria de novo por fazer com que a fome dos outros fosse uma abstração, o mesmo hábito que é o medo que um homem tem. (*A maçã no escuro*, Clarice Lispector)

Eo que consigo fazer agora não é muito, talvez tentar contar uma história.

Era mais uma sexta-feira de atendimento no CONIC, chego e abro meu par de cadeiras na praça Zumbi dos Palmares. Sento-me e aguardo por uma alma corajosa que venha ocupar a cadeira vazia ao

meu lado. E enquanto espero, de súbito, sou capturada pela imagem tão repulsiva quanto hipnótica desse pé (chão) que, desde então, sempre retorna em minha memória, em cinza. Um pé que se denuncia há muito descalço pela maneira como se mistura ao asfalto nu. Sua cor cinza embetumada e suas rachaduras que mimetizam os sulcos do concreto não me permitiam discernir o que era pé do que era chão. (Não saberia dizer quanto tempo durou esse instante em que fiquei ali vidrada nessa indistinção. Sei que foi tempo o suficiente para não esquecer essa imagem que retorna, agora, por exemplo, e mais uma vez e de novo). Junto desse pé impregnado/impregnante vem um homem de camisa rasgada que se dirige a uma mulher calçada e bem vestida que passa a poucos metros do local onde estou. Ele pede a ela um par de sandálias. Mostra que tem uma ferida no pé, e a ferida dói mais quando se pisa descalço no chão duro e sujo. Ele já viu o preço na loja ali ao lado, ela topa ir até lá comprar o par de sandálias. Ele, mesmo manco, dá um salto como quem comemora uma vitória.

Tenho para mim que foi aí que o meu pé afundou dentro dessa experiência que tenho vivido e buscado significar, o Psicanálise na Rua. Já estávamos atendendo na rua há alguns meses, e foi essa captura que me fez pensar que antes disso talvez eu estivesse ali com o pé atrás. Um tanto insegura com isso de atender na rua. Afinal como fica o enquadre? A hora marcada? A transferência? O pagamento? Então me dei conta de que eu poderia fazer das minhas questões um impedimento ou um motor que me guiasse nessa exploração.

Nesse mesmo dia, uma das almas corajosas que se sentou na cadeira vazia ao meu lado foi um jovem rapaz. Só depois ele me disse que passou um bom tempo nos olhando a certa distância, sentado num banco que há ali nas proximidades. Enquanto observava decidia se viria ou não. Quando finalmente chegou, já próximo do nosso horário de encerramento, começou me contando que fazia poucos dias que havia saído da rua. Agora tinha um teto. E para me contar como havia saído ele achou que precisava me explicar como tinha ido morar na rua, e que para chegar aí precisava me contar um pouco mais sobre a história da vida dele. E à medida que ia contando surgiam buracos, muitas coisas que ele não se lembrava ou não sabia, datas que não se encaixavam. Os pais não tiveram condições de criá-lo e ele – desde muito novo – passou de casa em casa de parentes, depois – desde muito novo – de casa em casa de recuperação para dependentes químicos. Em determinado momento ele hesita, talvez porque tenha se dado conta desses buracos, e me diz que não sabe nem contar a própria história. Imediatamente me lembro dessa frase de Clarice: “E as pessoas precisam tanto poder contar a história delas mesmas” (Lispector, 1971 a, p. 343).

A partir daí pensei que eu poderia ir para rua ouvir histórias. Aposando um tanto que ao contar uma história talvez possamos escrevê-la. E

também que ao narrar temos a chance de dar um salto e, quem sabe, nos vermos de outro lugar, por outra perspectiva.

É muito curioso como nessas duas horas e meia da semana que nos colocamos ali, disponíveis para escuta, acontecem tantas coisas imprevisíveis, engraçadas, estranhas (e como eu tomo sustos na rua). Então quando chego em casa não durmo, minhas pálpebras mal se tocam, meus olhos vibram em movimentos incessantes como quem viu demais, minha memória repassa frases que eu ouvi, que eu disse, que eu pensei em dizer. São breves horas intensas, que eu levo a semana lembrando e esquecendo.

Tem sido uma experiência inquietante que me faz, de maneira incontornável, lidar com o quanto eu não sei. Eu não sei o que fazer. Eu sento e espero? Quando eu seguro a placa eu grito anunciando o que está escrito nela? (e estar ali me fez atentar para o fato – um tanto óbvio – que nem todos que passam podem ler o que as placas tentam dizer). E quando alguém resolve parar e me perguntar o que é psicanálise, o que eu digo? Há também quem pare para saber o que é que nós queremos ali atendendo de graça na rua. E eu lá sei!

Então peço licença ao leitor pela possível precariedade de minha proposta e de minha limitação em alcançá-la. Escolhi levar até as últimas conseqüências a frase de Clarice. E o que buscarei fazer aqui, nesse texto, não será mais que a tentativa de contar uma história. A história de como têm sido esse breve período de atendimentos na rua e o que essa experiência tem me feito pensar. Ressalto que mesmo que essa seja uma experiência vivida e compartilhada por alguns outros, limito-me a falar em nome próprio.

Antes ainda

Desde o fim do ano passado nos juntamos – um grupo de analistas [ou de não-analistas? (Lacan, 1967)] – aqui em Brasília. Anunciamos uma primeira reunião pelas redes sociais e nos surpreendemos com a quantidade de pessoas que apareceram. Naquele momento dizíamos que estarmos juntos, pensando em algo que nos tirasse do isolamento dos nossos consultórios, era uma resposta ao golpe político em nosso país, aos desmontes galopantes das políticas públicas, à ascensão despudorada de discursos totalitários e violentos. Dizíamos que era uma resposta. Talvez fosse. Mas hoje tendo a pensar que nos organizamos para tentar formular uma pergunta. E quem sabe seja essa: Como podemos levar a psicanálise para a rua? Uma pergunta que certamente se desdobra – que efeitos esse deslocamento espacial, dos consultórios à rua, tem/ teria sobre a nossa forma de pensar a própria psicanálise?

Buscamos inicialmente colher histórias de iniciativas similares que pudessem nos orientar um pouco em nossas decisões sobre local, horário, sobre o público que gostaríamos de atingir (e sermos atingidos por). Além

das notícias que tínhamos das iniciativas em curso em São Paulo da Clínica Pública (Vila Itooró), da Clínica Aberta (Casa do Povo) e da Psicanálise na Praça Roosevelt, tivemos a chance, e a sorte, de termos entre nós pessoas que haviam participado da experiência dos Consultórios de Rua que aconteceu aqui em Brasília em meados da década de 90, uma iniciativa encabeçada pelo psicanalista Richard Bucher. Também fomos buscar textos, um deles de Freud em que ele fala de fundir o puro ouro com o cobre, reconhece que “as condições da nossa existência nos limitam à camadas superiores da sociedade” e pressagia que no futuro a psicanálise alcançará “as amplas camadas populares” (1919, p.291).

Então decidimos que começaríamos pela Rodoviária do Plano Piloto (todo sábado das 10h às 12h) e pelo Conic (toda sexta das 16h30 às 19h). Esses são dois pontos de intenso fluxo, uma espécie de encruzilhada para onde convergem as rotas da maioria das pessoas que chegam das cidades satélites para trabalhar no Plano Piloto.

O Conic fica próximo à Rodoviária e é uma construção antiga e enorme, um centro comercial que já foi muito próspero e que hoje vive a marca de certa decadência quando comparado aos anos vindouros. O meu relato parte das experiências que vivo lá, e lá tem de tudo: Salão de beleza, ótica, bar, *sexy shop*, festas *underground*, igreja evangélica, faculdade de teatro, grupo de capoeira, loja de vinil, de camiseta, sebo de livros, diretórios de partidos políticos, livraria evangélica, sindicatos, loja de doce, de embalagem, dentista, advogado, contador, capa de celular, par de sandálias. Às vezes ele parece um labirinto. E na frente tem uma praça, a Praça Zumbi dos Palmares, um ponto de resistência política, onde muitas manifestações se iniciam, acontecem ou se encerram. Um dia, por exemplo, foi preciso que encerrássemos os atendimentos um pouco antes porque ali na praça começou uma homenagem à memória da Vereadora Marielle Franco (e ainda não sabemos quem executou Marielle), nós acendemos velas e ouvimos o nome de cada uma das mulheres assassinadas no Distrito Federal esse ano (que o feminicídio existe, uns lembram mais que outros).

Chegarmos à decisão de começarmos por esses lugares foi o resultado de um processo de discussões e afinamentos. Foi necessário, por exemplo, defendermos entre nós que sim, a psicanálise é política. Foi preciso fazer questão entre nós sobre que rua nos interessava ocupar, questionar se aquilo que visávamos era o mero deslocamento do consultório para uma rua qualquer. Foi preciso defender que oferecer escuta na Rodoviária ou no Conic não seria a mesma coisa que oferecê-la numa agradável entrequadra arborizada do Plano Piloto, onde, em última instância, circulam apenas nossos “iguais” (noção que retiro de um conto de Clarice Lispector e que retomarei adiante), ou seja, os mesmos que já frequentam nossos consultórios.

Nós fomos, aos poucos, nos organizando e descobrindo que estar junto pode dar muito trabalho. Não basta estar lá no Conic às sextas, tem

que encontrar dia e horário em comum para fazer grupo de estudo, para deliberar questões internas em assembléia, para discutir os atendimentos em reunião clínica. E estar junto às vezes é prazeroso, outras vezes é difícil. Mal nos conhecíamos e agora compartilhamos problemas, dúvidas, tensões, conversas, celebrações, medos, casas, horas, livros, textos, discussões, discordâncias, concordâncias, diferenças, identificações. E isso me faz pensar que o Psicanálise na Rua é também uma forma de estarmos juntos, nos organizarmos, partilharmos algo da ordem do comum, com todas as dificuldades que isso implica.

A céu aberto

Num primeiro momento fomos reconhecer e mapear o território. No Conic, por exemplo, encontramos um lugar perfeito num pátio interno com marquise para os dias de chuva e altas colunas grafitadas de cima a baixo. Em poucas semanas o espaço foi todo cercado por tapumes e teve início uma obra que até hoje está lá, inacabada. A rua tem dessas coisas.

Foi preciso encontrar outro lugar e foi assim que ocupamos a Praça Zumbi dos Palmares. Chegamos lá (e geralmente estamos em cinco mais um) com nossa placa onde está escrito: “Psicanálise na Rua. Atendimentos Gratuitos” além dos nossos dias e horários de atendimento no Conic e na Rodoviária.

E nos posicionamos ali no meio de outras tantas pessoas segurando suas tantas placas: “Compro ouro”, “Exame admissional”; também tem gente distribuindo panfletos com a velocidade e habilidade de um ninja; tem o vendedor de guarda-chuva que grita “Bolsonaro vem aí”. Quem passa lá deve ficar na dúvida se vende ouro, compra um guarda-chuva para se proteger do que vem aí ou senta na cadeira para conversar. E escolher um não necessariamente exclui o outro.

Há ainda a maior placa de todas, na porta de uma igreja evangélica: “O dia tem 1440 minutos. Você tem um minuto para Deus? Entre e receba uma oração”. Da última vez brincamos que talvez essa concorrência fosse um pouco desleal, não só pela diferença no tamanho das placas, mas pela diferença de ofertas. Não temos condições de oferecer orações, nem salvação. Parece que no máximo podemos oferecer perder. Perder algum tempo juntos. E seguimos brincando que poderíamos reescrever nossa placa: “Você tem um minuto? Perca ele aqui com a gente!”. Aponto tudo isso para dizer que nós nos ofertamos ali, no meio dessa polifonia cacofônica, onde muitas coisas acontecem e nos afetam de diferentes cantos, ao mesmo tempo.

E tenho me surpreendido, porque as pessoas sentam. E sempre me interroga por que elas o fazem. As razões são inúmeras e ainda desconhecidas. E como naquele outro conto de Clarice: “Eu tomo o maior cuidado para não entendê-lo”, já que entender “é a prova do erro” (Lispector,

1971b, p. 304). Há quem sente dizendo: “todo mundo precisa desabafar um pouco” (e às vezes o desabafo vem, sim, com o bafo de quem acabou de beber uma “quente” ali no bar e junto tomou coragem para se sentar); já houve quem sentasse para nos entrevistar, e acabou voltando de novo e de novo; há quem sente dizendo que quer saber o que é psicanálise; ou que “sempre quis fazer terapia”; dizendo que quer saber “como é isso aí”. E elas também sentam por acaso, porque a cadeira estava vazia e as pernas cansadas. Sentam porque moram longe, muito longe, e como vão ter que voltar no dia seguinte muito cedo para trabalhar, já dormem por ali no centro da cidade, e assim economizam o dinheiro da passagem.

E às vezes elas voltam dizendo que querem dar uma boa notícia; porque ficaram pensando em algo que você disse, porque perceberam que há tempos não choravam tanto, há tempos não falavam sobre, porque isso de falar sobre fez “lembrar de”. Muitas vezes você espera e elas não voltam. E também há situações em que as pessoas se assustam com o que falaram ou com o quanto falaram para um estranho, se perguntam por que fizeram isso e se mandamos a pergunta de volta já teve quem nos respondesse que era porque nunca mais precisaria nos ver. A rua surpreende.

Lá tenho a impressão que todo atendimento é único, até que a pessoa volte. Lá a agenda nós chamamos de caderno, e funciona ao contrário já que na maioria das vezes nós esperamos por eles e não eles por nós, então anotamos depois o nome de quem foi atendido no dia. Ao lado do nome da pessoa vai o nome de quem atendeu, mas como cada um anota de um jeito nem sempre sabemos de primeira quem atendeu quem foi atendido.

E lá psicanálise é palavra estrangeira e impronunciável, e às vezes ela vira *PSICANALAISE* na boca de quem pronuncia esse nome pela primeira vez, e nós mesmos já escrevemos *PISICANÁLISE* na placa e nenhum de nós reparou. E sendo *psicanalaise*, *pisicanálise*, não importa, estamos lá toda sexta (exceto feriados) das 16h30 às 19h. Faça chuva ou faça sol, faça sol ou faça sombra, faça chuva ou faça seca. Inclusive, lá, o por do sol é lindo na seca, a praça é movimentada, dá vontade de beber água gelada. E conversamos até sobre o clima porque a associação é livre.

Outro dia choveu muito, e como nosso abrigo é bem precário, quando batiam rajadas mais fortes de vento não tínhamos como escapar do banho frio. E enquanto isso alguns de nós atendiam, em pé mesmo. E isso de conversar assim, em pé mesmo, acontece. Tem gente que chega, se aproxima, fica conversando, mas não quer sentar não. Geralmente fazem isso com quem está ali segurando a placa.

Nós combinamos que segurar a placa é uma função e a nomeamos de acolhimento. E a cada sexta vamos em cinco analistas (ou não-analistas?) mais um, o acolhimento. Nós buscamos fazer essa função circular entre nós, o que nem sempre funciona. É uma função mais complexa do que parece porque se fosse suficiente segurar a placa nós a penduraríamos. Tem isso de olhar no olho, às vezes dar um sorriso, fazer uma piada,

responder ou não uma pergunta, oferecer alguma confiança para quem passa. O acolhimento é um lugar entre. Entre o passar e o sentar, entre o cogitar e o decidir, entre o querer saber e o tomar para si (e cada vez eu acho mais importante o que fica entre).

E lá eu converso com homens, mulheres, jovens, velhos, brancos e negros. Outro dia conversei com um índio, ele se apresentou assim, e começou me contando sobre o nome do povo dele. Quando me dei conta ele já estava falando coisas que eu não sabia sobre o meu próprio nome (Tainá) que vem do Tupi, “a verdadeira língua do nosso país”, como ele me disse. É a língua que a gente falava antes. Antes da invasão (sim, fomos/somos colonizados, e disso uns esquecem mais que outros). Ele me disse que há quem busque apagar essas histórias, e as pessoas não sabem disso ou não querem saber, não querem que a verdade venha à tona. Porque se isso acontecesse, ele me disse, coisas horríveis seriam reveladas.

O que varia, o que se repete

Escutar na rua é muito diferente de escutar no consultório, não só porque estamos desprotegidos a céu aberto, é barulhento e às vezes você está no meio do atendimento e alguém interrompe para vender brigadeiro, pedir dinheiro ou perguntar onde fica a entrada do Prédio Eldorado (e a cada vez é preciso pensar o que fazer e como responder ao que interrompe). É diferente também pelas histórias que se escuta. E talvez porque tenha pouco tempo eu ainda estranho muito (estou sob esses primeiros impactos). E acho importante tentar dar notícias desse estranhamento, antes que eu me esqueça dele. Até porque depois, aos poucos, as histórias começam a se repetir, e até isso é um dado, o que se repete lá não necessariamente é igual ao que se repete no consultório. As variações são diferentes.

Eu me lembro da primeira vez em que eu ouvi da boca dele essa frase: “a rua é uma mãe”. Fiquei um pouco desorientada, que a rua pudesse ser mãe eu nunca havia imaginado ser possível. Então, é como se as minhas categorias de impossível se deslocassem um pouquinho. E depois que ouvi que a rua é uma mãe pude ouvir de outra forma aquela música que toca na rádio cujo refrão diz: “todo homem precisa de uma mãe”, e também me fez lembrar aquela outra frase da Clarice: “Mãe é: não morrer” (1971c, p.420). O “pisante” (tênis) que ele tinha nos pés, por exemplo, ele havia encontrado, por acaso, na rua. E fiquei pensando que a mãe é esse outro que nos protege um pouco do desamparo. Que supõe que uma hora temos fome, e outra sede. Supõe que nossas necessidades são, em alguma medida, minimamente específicas. E deve haver alguma diferença quando esse outro que embala nosso sono é a rua.

Depois eu ouvi essa mesma frase de bocas distintas, ela começou a se repetir. A rua é uma mãe porque na rua ninguém passa fome, porque quem mora na rua e trabalha vigiando e lavando carros nos estacionamen-

tos públicos ganha muito dinheiro, ele me disse – “mais dinheiro do que você, e eu nem sei com o que você trabalha”. A rua é uma mãe também porque é um lugar para onde é possível voltar, a rua acolhe quando não há mais lugar para ir. Quando se foge da morte. Quando você estava ganhando dinheiro com o tráfico e “fizeram uma casinha” para te matar, e por puro acaso a bala que era para você atravessou o vão da sua camisa arrancando o botão e atingiu, em cheio, o seu amigo que estava ao seu lado. Aí, para não morrer, é melhor sair da cidade, deixar tudo e todos para trás, ir para rua. Sobre-viver.

A rua é uma mãe e ao mesmo tempo é lugar de muita violência, impera a lei do “cada um por si”. Se você abaixar a cabeça já mostrou fraqueza. Já era. Dormir é muito difícil, não só por estar desprotegido a céu aberto. Você nunca sabe se o colega ao lado não vai ficar muito “transtornado” depois que usar a droga dele, nunca sabe se não vai sobrar para você. Tem lugar na rua que só pessoas que moram na rua podem circular. Eu nunca tinha ouvido falar do Buraco do Rato, o único que eu conhecia era o do Tatu (e eu tomo cada susto desses que faz a gente ficar pensando onde é mesmo que eu estava antes disso?). E se alguém morre não tem investigação policial, não tem suspeito, não tem enterro, às vezes não tem nem nome na lápide, não tem nada.

E lá na rua tem outra coisa que se repete muito. Dificilmente o tráfico ou “mexer com as drogas” não vai aparecer na história que a pessoa me conta. Já ouvi mãe que perdeu o filho que estava envolvido com o tráfico e “fizeram uma casinha” para ele (eu fico pensando nisso da morte ser uma casinha), filha que ficou sem pai depois que ele começou a “mexer com as drogas”, irmã que chora porque não consegue “tirar” o irmão do tráfico, esposa cansada porque tem que dar conta dos filhos e do marido que vira quase outro filho porque está “mexendo com as drogas”, namorada que terminou namoro porque ele se “desencaminhou nas drogas”, tia assustada que está dando abrigo para o sobrinho que vem de outro estado porque lá estava “envolvido com as drogas”.

E como as histórias podem ser violentas, tão violentas. Tem história de filho que já tinha usado muita droga e queria usar um tanto mais, a mãe não deixou levar nada de casa para vender e quase que o filho matou a mãe – sem querer. Tem história de marido que matou a esposa; mulher que apanhou a vida inteira do marido; de filha que foi estuprada pelo pai.

Eu posso estar muito enganada, mas por ora a impressão que tenho é que a lógica da relação com o crime organizado tende a operar de forma totalitária, de modo que ou a pessoa está dentro ou ela está fora. Quando ela “entra” não há garantias de que ela possa sair. O trânsito não é livre, a saída nem sempre é uma opção. E quem se “envolve com as drogas”, ou se “envolve com quem usa droga”, para os seus ela se perde, se desgarrar. Digo isso porque já escutei quem lamentasse a perda do filho ainda vivo.

E lá em *Psicologia das Massas* (1921), no capítulo que Freud dedica ao estudo da igreja e do exército ele nos aponta que massas artificiais são aquelas que empregam certa “coação externa” para se protegerem da dissolução e para impedir alterações em sua estrutura: “Em geral, a pessoa não é perguntada se quer entrar numa dessas massas, não tem liberdade de escolha; a tentativa de egressão normalmente é perseguida ou punida com rigor” (1921, p.79).

Alguns falam da droga como uma espécie de mau caminho que as pessoas tomam e de onde muitas vezes não voltam. Às vezes a saída é ir para rua, mas outra tentativa de saída muito comum é a igreja – o bom caminho, aquele que recupera. As igrejas, principalmente as evangélicas, recebem esses que se desviaram.

E a presença da igreja nas histórias das pessoas também é notável. Tem namorada que termina com namorado porque ela é evangélica e ele não, e na igreja disseram que Deus não abençoava essa relação; filho que foi mandado para internação em comunidade terapêutica evangélica quando tinha quinze anos de idade porque os pais evangélicos descobriram que ele havia fumando maconha, e isso “Deus não aprova não”; famílias que rompem porque uma parte se torna evangélica e a outra não; filho que se deprime porque em casa só ele não frequenta a igreja e cada vez mais vai se sentindo um estranho no ninho; filho que foi expulso de casa porque é gay e a relação com a mãe evangélica ficou insuportável.

E a lógica totalitária me parece a mesma, ou você é da igreja ou você não é. Na igreja você “entra” e a saída pode ser vista como um desvio do “bom caminho”. Quem sai nem sempre é reconhecido, é comum que “os amigos da igreja” depois da saída “virem as costas”.

E essa lógica excludente nos atinge, tem gente que antes de sentar na cadeira quer saber se você é evangélico ou não, e isso pode determinar se ela fica ou se vai embora (a lógica parece ser essa: só sento se você for um igual a mim). Mas também já teve quem sentasse apostando que Deus enviaria uma mensagem pela minha boca. O que me fez pensar que há barreiras, mas também há furos.

Ainda me lembro da primeira vez que ouvi da boca de um homem essa palavra – opressão. O pai o espancava muito quando ele era uma criança. Era insuportável. Saiu de casa aos doze, isso mesmo, doze anos e se “revoltou contra a opressão”. E muito cedo começou a beber, depois usar drogas. Ele contava a vida através das internações, eram seus marcos históricos, suas marcas. Havia pouco tempo tinha começado um namoro, e prometera parar de usar. Não conseguiu. Na semana anterior tinha tido uma recaída. Ela estava brava, o expulsou da cama e gritava com ele no telefone, porque ele não havia conseguido chegar à entrevista de emprego que ela lhe havia arranjado. Para ele, escutar grito de mulher era demais, ela estava de um jeito que agora “parecia um homem”. E ele se perguntava se era hora de se revoltar contra essa opressão também, jogar tudo para o

ar, voltar para rua, voltar a usar. E isso de revoltar-se jogando tudo para o ar (até mesmo a própria vida) se repete, em muitas bocas, quase sempre de homens. E a cada vez me lembro dessa outra frase de Clarice: “É liberdade ou estou sendo mandada?” (1971b, p. 311).

Os obedientes

Como deve ter sido possível perceber, ultimamente eu tenho lido Clarice. E leio como quem lê Freud ou Lacan. Estar na rua tem me feito lembrar muito desse conto onde ela diz que pessoas precisam tanto poder contar a história delas mesmas. Ele se chama “Os Obedientes”, parece-me que ele vem bem a calhar com os dias que vivemos. Não vou contar a história toda, não vem ao caso, tomo aqui algumas partes que me interessam.

Esse conto se apresenta e se organiza de uma maneira um tanto astuciosa. Tenho pensado que ele pode não capturar o leitor de primeira e que talvez isso seja uma armadilha. Comigo foi assim, ele passou despercebido na primeira vez que o li. Tive a impressão de que nada acontecia nessa história arrastada de um casal de meia idade que vive um marasmo tão absoluto e pleno de tédio que os impossibilita até mesmo de nomear como infeliz o próprio casamento. Foi só numa segunda leitura (e nem sei por que voltei) que ele me capturou. E então foi como se um fundo falso se rompesse sob meus pés, e, sem chão, eu afundasse dentro dele.

E essa talvez tenha sido uma das primeiras aprendizagens que esse conto me proporcionou – a partir do que vivi com ele, me parece que aprendi a reconhecer quando meu pé afunda dentro. E enquanto se afunda talvez não seja possível entender o que se passa, ficamos sem chão, sem borda que nos ampare ou apóie. Depois, quem sabe, elaboramos algo. Mas a elaboração é contingente, nesse aspecto a literatura é radical.

O conto começa assim: “Trata-se de uma situação simples, um fato a contar e esquecer”. A narradora de maneira curiosa ou por que não dizer – contraditória – anuncia que vai contar algo banal que provavelmente cairá no esquecimento. No entanto, não somos apresentados ao fato antes dessa espécie de aviso: “Mas se alguém comete a imprudência de parar um instante a mais do que deveria, um pé afunda dentro” (Lispector, 1971a, p.342). Ou seja, trata-se de uma situação simples, mas parar um instante a mais diante dela pode ser uma imprudência. E estamos avisados.

Parece que já aí, nessas primeiras frases, somos convidados à reflexão de que mesmo diante de um fato simples pode haver um abismo, um terreno incerto, irregular, onde o pé pode afundar dentro. Ou ainda, à ideia de que algo banal e supostamente já conhecido pode, sim, introduzir uma descontinuidade em nossa vida. Na obra de Clarice testemunhamos que tal banalidade pode ser um cego mascando chiclete na parada de ônibus (“O amor”), ou uma barata que sai do fundo do armário do quarto vazio da

empregada (“Paixão segundo G.H.”). De toda forma, é uma ruptura que se introduz de modo súbito e que vem de onde menos se espera.

Então a narradora segue: “Cronologicamente a situação era a seguinte: um homem e uma mulher estavam casados” e nos afirma que já em constatar esse fato seu pé afundou dentro: “Fui obrigada a pensar em alguma coisa. Mesmo que eu nada mais dissesse, e encerrasse a história com esta constatação, já me teria comprometido com os meus mais desconhecíveis pensamentos” (Lispector, 1971a, p. 342). Parece que constatar um fato nos compromete com os efeitos dele sobre nós, nos implica nos nossos mais desconhecíveis pensamentos. E eu fico pensando se constatar um fato também poderia ser chamado de trazer uma verdade à tona (e eu me lembro do que ele me disse, há verdades que as pessoas preferem não saber, porque coisas horríveis podem ser reveladas).

Então esse homem e essa mulher começam – “sem nenhum objetivo de ir longe demais” – a tentar viver mais intensamente. A tentativa se concretiza em puro fracasso e não os conduz um passo além da avareza de uma constante verificação de receita e despesa. Sem jeito, eles tateavam, mas de nada adiantava esse esforço – “a trama lhes escapava diariamente”. Por alguma razão igualmente inapreensível, não conseguiam discernir o que era do que não era essencial, sendo essa uma palavra que nunca usariam porque “não pertencia a seu ambiente” (*ibid*, p. 344). Como diferenciar o essencial quando tudo é indiferentemente igual?

E essa impossibilidade de discernir o essencial, ou de viver mais intensamente, não chegava a formar uma situação para o casal, não formava algo que cada um pudesse contar nem para si, nem para o outro: “E as pessoas precisam tanto poder contar a história delas mesmas”. Os dias passavam e eles não tinham o que contar nem tinham a impressão de ter vivido.

O orgulho de quem realiza o nobre papel de ser um anônimo

E incrivelmente, apesar do fracasso não articulado eles estavam calmos: “porque ‘não conduzir’, ‘não inventar’, ‘não errar’, lhes era, muito mais que um hábito, um ponto de honra assumido tacitamente. Eles nunca se lembrariam de desobedecer” (Lispector, 1971a, p.344). Nesse momento do conto se introduz uma espécie de quebra narrativa que, em alguma medida, esclarece o que não está dito: algo se ganha nessa vida tão miseravelmente esvaziada de acontecimentos do casal obediente.

O que pode sustentar uma vida tão tediosa e contínua, senão a defesa da própria honra, nobreza e brio? Como destaque nessa citação: “Tinham a compenetração briosa que lhes viera da consciência nobre de serem duas pessoas entre milhões de iguais. ‘Ser um igual’ fora o papel que lhes coubera” (*ibidem*). A honra parecer estar relacionada a esse ponto onde o sujeito espera ouvir do outro: Você é um igual (a mim), te reconheço aí. Ou se-

ja, a defesa da honra diz da luta por ser reconhecido pelo outro e consequentemente, da luta por pertencer. Ao nobre papel que lhes coubera – o de ser um igual – os dois correspondiam grata e civicamente: “Pertenciam a uma casta” (*ibidem*). E o que é pertencer a uma casta, senão poder estar entre iguais?

E isso me faz ficar pensando que buscamos pertencer, em última instância porque o desamparo é uma condição de nossa existência. Afinal é preciso ao menos um que reconheça um igual naquele infans que esperneia, que suponha que uma hora ele tem sede, em outra tem fome. Que não haja um que o reconheça como um ser (um igual, um humano), o condena ao desamparo absoluto da própria morte (nesse ponto a indiferença do outro pode ser fatal). Precisamos do outro; nos constituímos através do outro; não haverá eu sem outro. Mas o ponto ao qual Clarice parece nos convidar a tensionar é – quem eu reconheço como um igual? Quem é um igual a mim? Com quem eu componho casta? Apontando, é claro, que quem eu escolho como um igual diz mais do eu do que do outro.

Lanço aqui essa relevante informação para que possamos retomá-la mais adiante, quando entrarmos nas articulações com o texto de Freud. É importante notar que no conto há aquele que escapa desse distinto grupo de pessoas iguais, há aquele que não cumpre seu papel de anônimo. E é claro que isso provoca alguma inveja nos iguais. Uma inveja não declarada que se disfarça de outra coisa, como a “benevolência que uma classe tem por outra”. No conto, esse outro é o poeta. Às vezes, quando o casal queria falar de alguém “excêntrico”, eles diziam: “Ah, esse leva vida de poeta” (*ibid*, p.345).

Eu tenho a impressão que essa quebra narrativa que nos apresenta o que pode sustentar uma vida tão contínua e igual também aponta seus limites. Pode até existir um ganho de reconhecimento e pertencimento, mas a passagem insistente do tempo começa a tornar tudo isso muito diário, diário e diário – “às vezes arfante”. Até que ponto é possível suportar o tédio que faz parte “de uma vida de sentimentos honestos”? Até que ponto é possível suportar o sacrifício que implica essa “vida irremediável para a qual Deus nos quis”? E suportar “com um silêncio de multidão e com o ar um pouco magoado que têm os homens de boa vontade”? Até onde é possível obedecer? Em determinado momento, essa situação, que mal chega a formar situação para o casal, mesmo sem nome, “vem um dia explodir, como nessa tarde de domingo” (*ibidem*). Abstenho-me de narrar o fim e a saída encontrada por cada um deles, parto, agora, para as articulações com o texto de Freud.

A massa, a obediência e o lugar do “um igual”

Em Psicologia das Massas há uma passagem interessante para pensarmos esse ganho da obediência. Freud vem apresentando como em alguns mo-

mentos a massa é contaminada por um afeto que surge e que se propaga quase que por indução. Ele aponta que por um momento é como se a massa fosse colocada no lugar da sociedade humana enquanto a portadora da autoridade, cujas punições as pessoas temem, e também por amor à qual se impõem tantas inibições. Ele diz:

É evidentemente perigoso se opor a ela, e a pessoa está segura ao seguir o exemplo que se mostra a sua volta, ou seja, sendo eventualmente inclusive uma “maria vai com as outras”. Em obediência à nova autoridade, a pessoa está autorizada a desativar sua “consciência moral” anterior e ao mesmo tempo ceder à tentação do ganho de prazer que certamente obterá mediante a suspensão de suas inibições. Assim, de maneira geral, não é tão estranho que vejamos o indivíduo na massa fazendo ou aprovando coisas que teria evitado em suas condições de vida habituais (1921, p. 64)

É perigoso se opor à massa, e isso é algo evidente. Fazer como os demais (e por que não dizer, como os iguais) é o caminho seguro dentro dela. E além de ser o caminho seguro, ainda há essa tentação do ganho de prazer inerente à própria substituição da moral vigente. Na massa a pessoa está “autorizada” a desativar sua consciência moral anterior, o que implica na suspensão de determinadas inibições (e eu fico pensando nesse momento que vivemos hoje em nosso país, onde de repente surge uma figura que promete punições severas aos “bandidos”, aos desobedientes, e tantas pessoas acreditam, e algumas se autorizam a ofender negros, nordestinos, mulheres, tão desinibidamente).

Essa relação entre autorização e ganho de prazer a partir da suspensão de inibições retoma aquela ideia de Freud de que o espírito comunitário tem origem na inveja original. A exigência de que todos sejam iguais, de que um não possa mais que outro, seria a própria raiz da consciência moral social e do sentimento de dever (Freud, 1921, p.126). E que um não possa mais que o outro, que todos se privem da mesma forma, diz também de uma regulação dos modos de gozo. Eu me privo de fazer do outro um objeto para onde direciono minha crueldade, por exemplo, se ele se privar disso também, se ele não for autorizado a gozar mais do que eu.

Entretanto, se uma nova autoridade suspende o antigo pacto moral, isso que até então estava inibido como fonte de prazer pode ser retomado, e essa ideia de que o retorno a um momento anterior de organização implica prazer (regressão) é algo recorrente em Freud. Sabemos de sua proposta nesse texto, aquela em que ele considera que a massa é uma revivescência da horda primitiva. A massa se constitui como uma revivescência da horda porque há uma espécie de empuxo, uma força que impele ao retorno à nossa forma originária de organização social – a horda – o submetimento à dominação tirânica do um (o pai primevo). E a forma como ele chega a essa conclusão, me parece, passa pela questão do “ser um igual” que não é uma questão simples já que coloca em jogo a dimensão de ser um, ser igual e a complexa justaposição entre as duas coisas.

Freud conclui que a massa revive a horda analisando sua estrutura libidinosa, ou seja, os laços que a mantém coesa. Ele afirma que a massa consiste num certo número de indivíduos que “colocaram um único e mesmo objeto no lugar de seus ideais do eu e que, por conseguinte, se identificaram uns com os outros em seus eus” (1921, p.118). O líder é esse “único e mesmo o objeto” escolhido por todos (e cada um) para ocupar o lugar do ideal do eu.

E a todo tempo Freud reitera o quanto esse lugar do líder, um lugar de exceção, é o que funda a massa. Lugar de exceção porque, em última instância, a exigência de igualdade que vale para os iguais, não vale para o líder. Todos querem ser *como* ele, mas se todos fossem ele, e fizessem tudo o que ele pode fazer, não haveria coesão. O líder manda e quem tem juízo obedece (ou não!). De alguma forma, sua posição externa opera uma função de causa, pois se os iguais chegam a se identificar uns com os outros (se eles se tornam iguais) isso é mera consequência de que tenham colocado “um único e mesmo objeto” no lugar de seus ideais do eu.

Assim, é possível dizer que o ideal do eu tem papel fundamental no processo de unificação de uma massa. E que se quisermos avançar na questão do “um igual” precisaremos aprofundar no estudo dos ideais, o que não é meu objetivo aqui. Limito-me a complementar apontando que o ideal do eu é também determinante na tentativa de unificação do próprio eu, ou seja, na própria constituição do narcisismo. Construção que pressupõe algum engodo imaginário necessário para que o eu se acredite uno, idêntico a sua imagem no espelho, por exemplo. Uma identidade sempre problemática, porque sabemos o quão não idêntico a si o sujeito é, afinal, é possível inclusive não reconhecer a própria imagem no espelho (e tomar um daqueles sustos que te faz ficar pensando – onde é mesmo que eu estava antes disso?). Há o que insiste em escapar. E aquilo que tanto a massa quanto o narcisismo, enquanto construções que almejam “ser um”, parecem evidenciar é que toda unidade é sempre forjada, e precariamente forjada, à custa de alguma agressividade, pois a unidade está sempre sob ameaça de dissolução.

Vejamos o pai da horda, por exemplo. Freud diz que ele era “livre”; que “ele não amava ninguém exceto a si mesmo”; diz também que o líder da massa não precisa amar ninguém, ele pode ser de “natureza senhoril e absolutamente narcísico” (1921, p.132). Se alguém me perguntasse qual é o problema do pai da horda eu diria que o problema dele é que ele se acha. Ele se acha “um igual” a ele mesmo, ele se acha único. Ou seja, há uma dimensão de crença envolvida aí: ele se acredita único, idêntico a si. E busca impor essa crença aos pequenos iguais. Imposição que é fruto de uma relação desigual de poder, sempre importante lembrar. E, de uma forma muito resumida, eu diria que acreditar-se único é também a questão do que se pretende hegemônico (a lista pode ser extensa – o homem, o

branco, o heterossexual, o cisgênero...). E toda a luta da contra-hegemonia é lembrar ao hegemônico que ele não é único, tampouco idêntico a si.

Importante ressaltar que entre o líder e os iguais há uma desigualdade que nada mais é do que uma diferença de lugares. O líder ocupa um lugar diferente de todos os demais. E é a captura desse lugar muito específico, do ideal do eu, que o coloca numa posição de poder. O líder pode mais porque ocupa um lugar de exceção. E a tirania, o abuso de poder, me parece, está em esquecer que isso é só um lugar.

E ler Freud com Clarice me faz ficar pensando que a obediência é apenas uma forma possível de nos posicionarmos diante da autoridade (do hegemônico, do que se supõe “um igual”), que em última instância é sempre uma revivescência da dominação que nos oprime. Ser apenas uma quer dizer que existem outras formas, mas talvez a obediência seja uma forma bem antiga, dessas que nos garante um mínimo para sobreviver. Como a criança que precisa escolher entre obedecer à autoridade dos pais, ou encarar sozinha o desamparo de não poder contar com a proteção dessa autoridade com quem seus interesses recorrentemente entram em conflito.

Se de um lado está o desamparo e do outro a opressão autoritária do “um igual”, a desobediência é o que se coloca entre (alguma medida de liberdade está sempre entre, o sujeito também está sempre entre). E se a desobediência é um risco, então talvez ela possa ser estratégica. Às vezes a criança desobedece aos pais e eles nem ficam sabendo, por exemplo. Aí descubrem a inconsistência do outro que não é onisciente, descubrem seus furos.

E se há algo que resta dessa história de assassinato do pai da horda é o supereu. Se há uma instância psíquica à qual devemos obediência é ao supereu. Nossa herança arcaica (e incontornável) que se identifica às figuras de autoridade e se autoriza a julgar o eu através de imperativos. A instância cruel que como o pai da horda opera pela tirania, por mandatos imperativos que subjagam o eu, invadindo, ordenando que ele consuma, consuma-se até a morte.

O poeta e o convite à desobediência

E isso de estar na rua, me faz ficar pensando que a diferença entre as histórias que escuto lá e que eu escuto no consultório passa pela escalada da violência. E estar na rua só me faz lembrar o quão radical é a nossa condição, essa que nos constitui e faz de nós um efeito. Um efeito de por um lado precisar lutar contra o desamparo, buscando pertencer e ser reconhecido por um grupo de iguais; e por outro lado lutar contra a inevitável opressão do “um igual”. Formamos castas. E não estamos igualmente expostos nem à opressão, nem ao desamparo (igualmente é uma ilusão). Uns precisam se submeter um tanto mais do que outros. Uns estão mais des-

protegidos, vivem à céu aberto e com os pés descalços. E sim, muitas vezes o abrigo mais próximo é o crime organizado ou a igreja.

Ao fim de *Psicologia das Massas*, Freud vem afirmar que cada indivíduo é parte integrante de muitas massas, está multiplamente ligado por diferentes identificações e fez uso dos mais diversos modelos para construir seu ideal de eu, entretanto ele não é todo determinado por elas. Há alguma medida, mesmo mínima, que escapa da captura imaginária que opera na constituição das massas: “Assim, cada indivíduo participa de muitas psiques de massa, a de sua raça, sua classe, sua comunidade religiosa, seu estado, etc., e pode indo além delas, se elevar até um fragmentozinho de independência e de originalidade” (1921, p.140). Um fragmentozinho que faz toda a diferença (a singularidade). Há algo que escapa à tirania e à opressão do “um igual”. E é nessa brecha que encaramos o risco que é traço e que é perigo. O risco de irmos por conta própria, de nos autorizarmos por nós mesmo, dar um passo fora.

O que enfrentamos quando desobedecemos senão à opressão do próprio supereu? Fico pensando que alguma medida de liberdade possível está na posição que assumimos diante do tirano que nos invade, oprime, coloniza. A instância que nos compele por mandato a sermos idênticos ao “um igual”. E parece que o conto oferece uma saída: “Alguma vez eles tinham levado muito a sério alguma coisa. Eles eram obedientes” (p.346). Seria possível não levar muito a sério os imperativos de quem nos oprime? E que acabam fazendo do eu o seu próprio inimigo, fazendo do eu o próprio objeto para o qual o sujeito direciona sua crueldade.

Então eu penso no poeta e na sua estratégia para desobedecer. Em *Psicologia das Massas*, Freud diz assim: “o mito é o passo com que o indivíduo sai da psicologia de massas” (1921, p.153). E esse passo para fora quem dá é o poeta quando cria o mito do herói. Outro dia ouvi uma pessoa se queixando das mentiras do namorado, ela disse: “ele é o rei das historinhas”. Fiquei pensando que toda história é sempre uma historinha mesmo. O mito do pai da horda, por exemplo, o próprio Freud diz que é só uma hipótese que tenta iluminar a escuridão do que não somos capazes de lembrar, é uma “*just-so story*” (1921, p.129), como ele mesmo diz replicando a crítica chistosa de um antropólogo inglês.

O poeta cria historinhas: O herói seria aquele que pretende ter cometido sozinho o ato que só a horda como um todo poderia ter se atrevido a praticar. Ele reinterpreta mentirosamente a realidade conforme seu anseio (1921, p.152). E o passo fora é um avanço que o poeta efetua primeiro em sua imaginação, mas encontra o caminho de volta à realidade como Freud bem aponta: “No fundo, esse herói não é outro senão ele próprio. Assim, ele desce à realidade e eleva seus ouvintes à imaginação. Mas os ouvintes compreendem o poeta, e podem se identificar com o herói baseados na mesma relação de anseio com o pai primordial” (*ibid*, p.154).

E me lembro de Clarice: “Fizeram-me esquecer o que me deixaram adivinhar” (1971b, p.312). O poeta é aquele que não só adivinha o que me fizeram esquecer, mas também me transmite, elevando seus ouvintes à imaginação. E assim ele pode deslocar ideais: do pai – o ideal temido e venerado por cada um – ao herói – aquele que dá o passo fora da massa, enfrenta o opressor, primeiramente na imaginação.

Finalizando, deixo aqui minha impressão de que esse conto de Clarice sugere que o mero convite para que a pessoa conte a história dela mesma pode ser um convite à desobediência. A tentativa de contar a própria história pode introduzir uma ruptura com aquilo que muito mais que um hábito, é um ponto de honra que se assume tacitamente: “não conduzir, não inventar, não errar”.

Tentar contar a própria história pode introduzir alguma descontinuidade, pode ser uma ousadia dessas que nos faz “lembrar de”. Lembrar de desobedecer. Lembrar que a vida não precisa ser aquela “irremediável para a qual Deus nos quis”. E a descontinuidade parece operar a favor da possibilidade de diferenciar e diferenciar-se, de romper com aquilo que é indistintamente igual. E claro, romper também com a calma, com o “silêncio de multidão”.

Dessa forma, aquela cadeira vazia ao meu lado, lá na Praça Zumbi dos Palmares, pode ser algo banal, capaz (ou não, posto que não há garantias) de introduzir alguma descontinuidade na vida daquele que se permite parar um instante a mais, mesmo que inadvertidamente? E eu diria que até melhor se inadvertidamente, se o sujeito é pego de surpresa, distraído.

Tentar contar a própria história pode colocar o sujeito face a face com a impossibilidade dessa ilusão (que acalma e silencia) de vir a “ser um igual”. Afinal essa é a aposta radical da psicanálise: o sujeito é dividido, e, portanto, não idêntico (nem mesmo!) a si mesmo. Contando a própria história, quase que inevitavelmente, o sujeito se depara com sua dimensão singular, original e originária.

Que efeitos esse convite – a contar a própria história – pode ter? Não sabemos, ainda. Por enquanto posso apenas dar notícias dos efeitos que recolho em mim. E estar ali no meio de uma encruzilhada de transeuntes com nossa placa, ao lado de tantas outras placas, é a melhor forma de fazer esse convite? Não sabemos, ainda. Mas estamos nos perguntando. E eu fico muito curiosa para saber qual será nosso próximo passo.

Referências

Freud, S. (1919). Caminhos da terapia psicanalítica. In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Volume XIV. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

- Freud, S. (1921). *Psicología das massas e análise do eu*. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Lispector, C. (1960). Amor. In: *Clarice Lispector todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- Lispector, C. (1961). *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- Lispector, C. (1964). *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- Lispector, C. (1971a). Os obedientes. In: *Clarice Lispector todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- Lispector, C. (1971b). O ovo e a galinha. In: *Clarice Lispector todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- Lispector, C. (1971c). Menino a bico de pena. In: *Clarice Lispector todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
-

Fecha de recepción: 15 de febrero de 2019

Fecha de aceptación: 10 de abril de 2019